

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR.EST.: 124.112.263.115

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.176/2024

Ao (À) Sr. (a) Pregoeiro (a) do MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO/RS.

A empresa **LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São José do Rio Preto-SP, situada na Avenida José Munia, 5209, Sala 36, 3º andar, Jardim Redentor, CEP: 15085-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.646.042/0001-41, neste ato, por intermédio de sua Proprietária **SRA. MIRELA FAVA FERNANDES**, CPF nº 343.231.578-35, vem, respeitosamente, perante V. Sa., apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO** supracitado, devendo esta ser encaminhada e analisada pelo setor competente para análise da impugnação, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

## **DOS FATOS**:

O presente Pregão tem por objeto:

AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA ENSACADA - CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE



CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR.EST.: 124.112.263.115

PARA APLICAÇÃO A FRIO, PARA REPAROS/TAPA

BURACOS EM VIAS DO MUNICÍPIO.

Por sua vez, o edital traz entre outras as seguintes

exigências em seu item 11.5 (Qualificação Técnica):

11.5.1 Apresentar Certidão de Registro da Pessoa

Jurídica e Registro do Responsável Técnico pela

empresa, no CREA, para o fornecedor do reparador

asfáltico.

11.5.2 Licença Ambiental de Operação da Usina de

Concreto Asfáltico (CBUQ) fornecida pela FEPAM ou

outro órgão responsável pelo Estado que a empresa

licitante é registrada.

11.5.9 O Laboratório deverá ser certificado pelo

INMETRO e os laudos não poderão ter a validade

superior a 12 meses.

Com todo a respeito a esta comissão, tais exigências não

devem ser mantidas no edital, o que passa a expor e fundamentar:

DO PRAZO DOS REFERIDOS LAUDOS:

É de notório conhecimento que o processo licitatório

tem, entre suas finalidades, procurar a proposta mais vantajosa para a

Administração e proporcionar um elevado nível de competitividade e

igualdade de tratamento entre os participantes do certame, de forma a

LIDER AVALIO RAPPEO EREFILI

LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR.EST.: 124.112.263.115

garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e

isonomia, consoante art. 37 da Constituição Federal.

Sabidamente, é dever da Administração exigir na

licitação aquela documentação indispensável para a execução do contrato e o

que for fundamental para verificar a idoneidade e a capacidade das

licitantes.

CONCORDAMOS plenamente que esta

administração deva exigir os laudos de ENSAIO LABORATORIAL DO

PRODUTO (CBUQ com aplicação a frio) realizado por laboratório

especializado.

No entanto, os referidos LAUDOS emitidos por

laboratórios credenciados ao INMETRO não possuem data de validade, mas sim,

data de elaboração dos ensaios.

Sendo assim, o Orgão ora Licitante não deve exigir e

onerar desnecessariamente as empresas participantes a realizarem laudos

exclusivos para esta licitação.

Referidos laudos possuem custos elevados que

inviabilizam as empresas de os realizarem periodicamente.

Este órgão não pode e não deve exigir condições onde a

própria legislação não os obriga.

LIDER AVALTO RAPPED CERTELL

LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR.EST.: 124.112.263.115

Uma vez a empresa em posse de seu LAUDO

emitido, garante que possui capacidade e qualidade em seu material, que

segue a risca as normas e a "receita" para conseguir bons resultados.

Um novo laudo só será feito, caso a empresa possua

interesse em realizar ensaios para conseguir resultados diferentes dos que já

possui.

Neste diapasão, caso este órgão Licitante queira

exigir laudos atualizados ou para seu determinado lote, deve assumir tal

custo, e neste caso, esta empresa esta a disposição para o fornecimento de

amostras e material necessário para tanto.

Se for seguir esta linha de raciocínio os Laudos

deveriam ser realizados a cada lote de fabricação, porém o custo elevado

desses estudos laboratoriais inviabilizam essa frequencia.

A posse dos Laudos com resultados compatíveis com

as normas, comprova a capacidade da empresa em obter o produto com a

máxima qualidade, seja este estudo realizado em 12 meses ou em 05 anos!

A manutenção dessa exigência cerceará a

competitividade no certame, constituindo barreira ilegal e ilegítima à

participação de um maior número de participantes, o que, em última análise,

implicará no impedimento de que a proposta mais vantajosa para a

administração seja selecionada, pois se duvida, no caso, que possa haver mais

de uma ou duas propostas.

LIDER AVALIO RAPPEO EREFILI

LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR.EST.: 124.112.263.115

Tal exigência fere frontalmente o art. 9°, da Lei de

Licitações nº 14.133/21, pois atingem visceralmente os propósitos elencados

nesse dispositivo, inclusive os princípios da condução da licitação com

observância a todos os princípios lá elencados:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para

atuar na área de licitações e contratos, ressalvados

os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que

praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter

competitivo do processo licitatório, inclusive nos

casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão

da naturalidade, da sede ou do domicílio dos

licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o

objeto específico do contrato;

A impugnação, portanto, deve ser acolhida e a

exigência de apresentação dos laudos com data de validade superior a 12

meses ser suprimida, como forma de se atender os mais variados princípios de

direito público, dentre eles, o princípio da legalidade, princípio da eficiência e

princípio do interesse público.



CNPJ: 36.646.042/0001-41

DA APRESENTAÇÃO DE LICENÇAS:

Quanto a apresentação da licença ambiental existe um

equívoco quanto aos itens editalícios, já que esta empresa impugnante, assim como diversas outras empresas do segmento, apenas **COMERCIALIZA/REVENDE** os

objetos desta licitação, o que significa dizer que a mesma não é produtora ou

fabricante dos materiais deste certame.

No presente caso, esta empresa, ora impugnante,

INSCR.EST.: 124.112.263.115

conforme se infere da cópia do seu contrato social que se encontra anexo a

presente impugnação, nota-se que seu objeto social é o "comércio atacadista de

asfalto, na comercialização de material de construção civil, de concreto asfáltico, blocos de concreto e massa asfáltica ensacada", portanto não possui a licença

ambiental, uma vez que não é fabricante do produto licitado.

Desta forma, temos que os referidos itens estão

descumprindo o **princípio da competitividade** que rege toda e qualquer licitação,

haja vista que não são apenas usinas que comercializam o produto que é objeto desta licitação, restringindo a participação de várias empresas que apenas

revendem o mesmo.

Neste ponto destacamos que, caso esta Administração

entenda necessária a exigência, **o correto é solicitar a comprovação da licença** 

ambiental da USINA FABRICANTE dos produtos revendidos pela impugnante, e

não em nome da licitante da forma como constou no edital.

Sendo assim, não restam dúvidas quanto à necessidade

de adequação do presente Edital, suprimindo ou adequando as exigencias referidas, desde já esta impugnante concorda em aparesentar as licenças em nome

do fabricante do produto acompahado de declaração de fornecimento.

DO REGISTRO JUNTO AO CREA:

Quanto a apresentação de registros junto ao CREA

novamente existe um equívoco quanto aos itens editalícios, reafirmamos que esta

empresa impugnante apenas **COMERCIALIZA/REVENDE** os objetos desta licitação,



CNPJ: 36.646.042/0001-41 INSCR.EST.: 124.112.263.115

o que significa dizer que a mesma não é produtora ou fabricante dos materiais deste certame.

Segundo a Lei Federal nº 5.194/66 e a Resolução nº 336/89 do CONFEA, o registro no CREA é obrigatório a toda "pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e outras áreas tecnológicas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea".

Reafirmamos que esta empresa, ora impugnante, apenas revende os produtos, não se enquadrando tais atividades dentre aquelas previstas no art. 7º da Lei nº 5.194/66.

Portanto, não está a ora impugnante compelida à inscrição junto ao CREA, sendo assim <u>não possuindo responsável técnico registrado no CREA.</u>

Desta forma, temos que os referidos itens estão descumprindo o **princípio da competitividade** que rege toda e qualquer licitação, haja vista que não são apenas usinas que comercializam o produto que é objeto desta licitação, restringindo a participação de várias empresas que apenas revende o mesmo.

Esta empresa não se isenta de apresentar a ART do responsável técnico registrado no CREA e o registro da **USINA FABRICANTE** dos produtos deste edital.

Sendo assim, não restam dúvidas quanto à necessidade de adequação do presente Edital, suprindo imediatamente as exigencias referidas.

## **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o alegado acima e amparados na probidade administrativa deste Pregoeiro serve o presente para **REQUERER** a

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR.EST.: 124.112.263.115

Vossa Senhoria, o quanto segue:

- A **PROCEDÊNCIA** da presente Impugnação para que

seja suprimida a limitação de 12 meses quanto ao prazo de emissão dos

referidos laudos com acreditação do INMETRO.

- a **PROCEDÊNCIA** da presente Impugnação para que

esta administração aceite, para fins de comprovação de qualificação técnica, as

licenças em nome da usina fabricante do produto;

- A PROCEDÊNCIA da presente Impugnação para que

seja excluída a obrigação da apresentação CREA DO LICITANTE, podendo ser

substituído pelo do fabricante,

Por fim, pelos fundamentos e motivos acima expostos,

requer a procedência da impugnação apresentada, e, conseguintemente a

**RETIFICAÇÃO** do edital.

Nestes Termos;

Pede e Espera Deferimento.

São José do Rio Preto/SP, 28 de junho de 2024.

LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI CNPJ nº 36.646.042/0001-41